



Fórum de Diretores de Pesquisa e Pós-Graduação – FORPOG
3ª REUNIÃO DO FORPOG

Ata da 3ª Reunião do Forpog – Brasília/DF, 22 e 23 de maio de 2007

Aos vinte e dois dias de maio de dois mil e sete, às 9h30, em sala do Conselho Nacional de Educação, em Brasília/DF, teve início a terceira reunião do Forpog. O professor Sidnei Quezada (Cefeteq-Nilópolis/RJ), no exercício da coordenação do Fórum, relatou resumidamente o nascimento do Forpog na reunião da Reditec de Ouro Preto, em 2005. Solicitou então que os dirigentes de pesquisa e pós-graduação das instituições presentes se apresentassem e, ao fazê-lo, resumissem as principais iniciativas de suas instituições nas áreas de pesquisa e pós-graduação. Se apresentaram Lúcio (Cefet-Pelotas), Maria Clara (Cefet-SC), Brandim (Cefet-PI), Luiz Nacamura (UTF-PR), Tadeu Pissinati (Cefet-ES), Otávio (Cefet-PA), Sérgio (ETF-Palmas), Nelma (Cefet-PB), Glória (Cefet-CE), Déa (Cefet-MA), Alvaro (Cefet-AL), Amarildo (Cefet-AM), Núbia (Cefet-BA), Daygles (Cefet-RR), Cícero Antônio (Cefet-Petrolina), Sofia (Cefet-PE), Frajuca (Cefet-SP) e Paulo Borges (Cefet-RJ). Foram apresentados os estados atuais: (a) da estruturação dos organogramas das instituições para a gestão das atividades de pesquisa e pós-graduação, (b) das ofertas de programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, (c) das ofertas de cursos de pós-graduação via Universidade Aberta do Brasil – UAB, (d) da captação e execução de programas de mestrado e doutorado interinstitucionais (minter e dinter), (e) da estruturação e execução de programas de bolsas de iniciação científica e tecnológica, (f) da oferta de programas de bolsas de apoio a pesquisadores e de produtividade em pesquisa, (g) da implantação de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT etc. Anunciou a presença da Caetana Juracy Rezende Silva, coordenadora-geral da Coordenação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec, do Ministério da Educação – MEC. Em seguida, Sidnei apresentou a agenda dos trabalhos (Anexo 01), solicitando que Tadeu permanecesse na função *ad hoc* de secretário dos trabalhos do Fórum, com a concordância de todos. Submeteu a agenda ao grupo, que a referendou. Seguiu com uma apresentação em *Power Point* em que resumiu as atividades do primeiro ano de gestão do Forpog (Anexo 02). Pontuou alguns aspectos essenciais para o fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – IFET, como por exemplo, a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* públicos e a necessidade de contemplar essa ação com aportes orçamentários específicos. Caetana iniciou relatando as mudanças no organograma da Setec, que evidenciam um crescimento significativo da Educação Profissional e Tecnológica – EPT no âmbito do MEC. Enumerou os princípios, os eixos temáticos e os objetivos gerais do acordo firmado entre a Setec e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes para o fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação nas IFET, com ênfase na ação prioritária representada pelo Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – PIQDTec. Utilizou para isso uma apresentação em *Power Point* da professora Jaqueline Moll, diretora do Departamento de Políticas e Articulação Institucional - DPAI da Setec (Anexo 03). Frisou a necessidade de atendimento dos requisitos para a IFET ter acesso às bolsas do PIQDTec. Falou sobre as competências do Comitê Gestor do PIQDTec – CGTEC. Ressaltou a importância de se trabalhar com base em planos institucionais e não planos individuais de servidores docentes ou técnico-administrativos em educação – TAE. Informou que o Públio Ribeiro, do DPAI/Setec, pode disponibilizar os contatos dos membros do CGTEC para o Forpog. Relatou os números de bolsas implantadas pelo PIQDTec. Apresentou outras ações do acordo Setec-Capes, como o convênio firmado com a UNB para a oferta de Mestrado Profissional em Gestão da EPT – destinado aos gestores das IFET – curso semi-presencial, com apoio de ferramentas de EAD, e o convênio firmado com a UFRRJ para a oferta de Mestrado em Educação Agrícola – curso destinado aos docentes das Escolas Agrotécnicas Federais – EAF (também semi-presencial, com suporte de ferramentas de EAD). Informou que a análise dos 77 planos institucionais submetidos está na fase final e que serão solicitadas duas informações adicionais das IFET participantes: a distância aproximada, em km, entre a instituição de origem e a instituição de destino onde o servidor cursa programa de pós-graduação, e a situação deste quanto a estar ou não recebendo outra bolsa de estudo, venha ela da Capes (outra que não do PIQDTec), do CNPq ou de outra agência de fomento. Problematicou a questão da possível concessão de bolsas



Fórum de Diretores de Pesquisa e Pós-Graduação – FORPOG
3ª REUNIÃO DO FORPOG
Ata da 3ª Reunião do Forpog – Brasília/DF, 22 e 23 de maio de 2007

parciais, sugerindo que o Forpog faça, por via de ofício, as solicitações pertinentes ao CGTEC. Discutiu também a questão da necessidade de se contratar professores substitutos para facilitar o afastamento de servidores efetivos que se vinculem como estudantes em programas de pós-graduação. Finalmente, explicou que a Setec não tem poder para permitir a extrapolação do limite de 10% de contratações temporárias sobre o quadro de servidores docentes efetivos da instituição. Passada a palavra aos participantes da reunião, Nacamura alertou sobre a necessidade de se fazer o levantamento institucional para se determinar quem já tem bolsa, para evitar a solicitação de bolsa sem necessidade. Questionou também a concessão de bolsas retroativas. Este ponto levantou polêmica, mas o debate não teve continuidade. Caetana informou o indicativo de divulgação da distribuição das quotas institucionais de bolsas do PIQDTec entre os dias 11 e 12 de junho e a efetivação do programa na segunda quinzena de junho de 2007. Analisou a demora na implementação do programa por conta da questão orçamentária. Tadeu Pissinati levantou a necessidade de se ter uma representação do Forpog no CGTEC pois, mesmo contando com um diretor geral de Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet, analisou a importância de um dirigente que trate diretamente das questões de pesquisa e pós-graduação, que poderia ser indicado pelo Forpog. Caetana pediu que o Fórum formalize essa demanda ao MEC. Pediu também que os problemas relacionados ao PIQDTec sejam levantados no conjunto das IFET e relatados oficialmente ao CGTEC. Finalizou com um alerta sobre a implementação dos pólos do programa de especialização de profissionais da educação para atuarem no âmbito do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja: a obrigatoriedade de que os documentos para a apresentação de propostas de continuidade do programa sejam assinados pelos diretores gerais das IFET proponentes. Informou também que os coordenadores dos pólos serão chamados a realizar uma pesquisa sobre o funcionamento do Proeja, para se buscar entender os problemas existentes na sua operacionalização (capacitação de professores, evasão etc.). Esclareceu sobre a futura organização de pólos para a estruturação da oferta de especializações em EPT integrada ao ensino médio. Pediu a colaboração do Forpog e das IFET para que atuem como “braços” da Setec/MEC na tarefa de atender a necessidade de capacitação de docentes, técnicos e gestores dos sistemas públicos municipais e estaduais que atuam na EPT. Se despediu agradecendo a oportunidade de interagir com o Forpog. Em seguida, foi convidado o representante da coordenação nacional do Fórum de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia – Fortec, Filipe Teixeira, da Embrapa, para falar sobre a Lei da Inovação e seus desdobramentos nas Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT. Procedeu sua fala com apoio de uma apresentação em *Power Point* (Anexo 04). Tadeu fez algumas interferências durante a apresentação, destacando pontos específicos de interesse direto das IFET. Filipe encerrou sua apresentação destacando a importância da adesão das IFET ao Fortec. Às 13h, Sidnei agradeceu a participação do Filipe e encerrou os trabalhos da manhã, convidando os participantes para o almoço. Os trabalhos foram retomados às 14h20, quando o Prof. Cláudio (diretor geral do Cefet-CE), representante da Câmara de Ciência e Tecnologia – CC&T do Conselho de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – Concefet, foi convidado a apresentar as políticas do Conselho para a abordagem da ciência e tecnologia (C&T) nas IFET e as propostas para desenvolver as formas de interação com o Forpog. Iniciou frisando a importância da pesquisa e da pós-graduação como diferencial na evolução recente das instituições vinculadas ao Concefet como Instituições de Ensino Superior – IES. Relevou o impacto científico e tecnológico da rede de IFET no desenvolvimento nacional com a expansão da rede física de unidades de ensino descentralizadas - Uned, permitindo saltar de 350 mil para 1 (um) milhão de estudantes até o início da próxima década. Defendeu que a pesquisa e a pós-graduação são espaços estratégicos de atuação das IFET e que favorecem a inovação tecnológica como fator de desenvolvimento econômico nacional. Relacionou o investimento em tecnologia à pujança do Produto Interno Bruto – PIB dos 8 países mais ricos, valorizando as IFET como instrumentos brasileiros de uma política de C&T que busque um patamar econômico similar. Vê como oportunidade para as IFET a criação de

um novo modelo de pesquisa e pós-graduação, evitando os erros históricos das universidades. Citou o prof. Luiz Antônio Cunha, que afirma ter o Brasil três casos de sucesso na educação: as IFET, a Capes e o Senai. Abordou a crítica que se faz às universidades na sua falta de diálogo com a sociedade, o "encastelamento" da academia etc. Comparou as universidades federais com as IFET, que demonstram uma maior facilidade de aproximação com os setores produtivos. Destacou a importância das IFET priorizarem a pesquisa tecnológica como forma de melhorar o diálogo com os setores produtivos e, dessa forma, impactar positivamente o desenvolvimento do Brasil, favorecendo o processo de inovação nas empresas. Apresentou estatísticas da educação brasileira, destacando algumas comparações com outros países, em que demonstrou a necessidade do país avançar nas políticas públicas de educação. Ressaltou a importância de se interiorizar a educação tecnológica e superior, bem como de se promover a inclusão digital. Destacou que a rede de IFET é a única rede pública nacional que verticaliza a oferta de educação tecnológica do nível médio até a pós-graduação. "Esta é uma vantagem competitiva muito forte da nossa rede". Avaliou que a rede se diferencia pela capacidade de aliar teoria e prática, outra forte vantagem competitiva. Lembrou a rapidez com que as IFET implantaram as graduações, com destaque para os cursos tecnológicos em áreas de grande atualidade, mais uma forte vantagem competitiva. Levantou a possibilidade de se criar um modelo de pesquisa e pós-graduação muito próprio das IFET, estreitamente vinculado à sua história e boas tradições, o que as distingue como instituições únicas no mundo. Defendeu que se aproveite a cultura investigativa da academia, mas com uma visão mais próxima dos setores produtivos. Destacou que essa visão tem como via a implantação nas IFET da modalidade profissional dos mestrados. Analisou a restrição com que os comitês de áreas da Capes ainda olham para as IFET e suas propostas de pós-graduação *stricto sensu*. Abordou a importância do Forpog como instância formuladora das propostas de políticas para a estruturação da pesquisa e da pós-graduação nas IFET. Alertou para o problema da falta de uma política orçamentária para viabilizar a estruturação dessa esfera de atuação nas IFET. Informou sobre a iniciativa de deputados federais no sentido de se financiar a EPT, como é o caso do deputado federal Paulo Paim, com a proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica – Fundep, e do deputado federal Ariosto Holanda, com a proposta de financiamento aos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) e à pesquisa nas IFET. Relacionou outras fontes de financiamento e fomento à ciência, tecnologia e inovação – C&T&I, como os fundos setoriais, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) etc., frisando a necessidade de se intensificar a interlocução com esses entes. Disse que "o Brasil ainda precisa fazer o dever de casa na educação". Destacou a forma mais estruturada como a rede de IFET tem sido expandida no atual governo, diferentemente das expansões anteriores, citando o governo Sarney, com uma tímida expansão física, e o governo FHC, com o Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep. Destacou também a necessidade de se melhorar a educação básica do país, a necessidade de se melhorar a formação de professores, de se premiar os alunos talentosos, de se investir em pólos tecnológicos, de se atrair recursos privados para a atividade de pesquisa e de se aumentar a quantidade de horas investidas pelos jovens nos estudos, tudo para que se alcance um maior desenvolvimento do país. Usando uma apresentação em *Power Point* (Anexo 05), exemplificou o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no Cefet-CE. Elogiou o trabalho da prof.^a Glória, diretora de pesquisa e pós-graduação da IFET, como indutora de todo o processo de evolução da pesquisa e da pós-graduação naquela instituição. Destacou o avanço significativo da instituição, considerando o pouco tempo em que essas atividades foram estruturadas no Cefet-CE. Aberta a discussão com os participantes, Alvaro parabenizou a apresentação e falou sobre a contribuição dos grupos de trabalho – GT do Forpog. Problematicou a distribuição da carga horária docente (CHD) entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, frente à tradição nas IFET de se privilegiar a atuação docente no ensino. Perguntou quando serão consolidadas as políticas de CHD a partir do Concefet. Paulo Borges completou a questão levantando a necessidade de se conquistar mais vagas para concursos públicos de servidores efetivos, de forma que a ampliação de quadros docentes permita a atuação dos professores em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

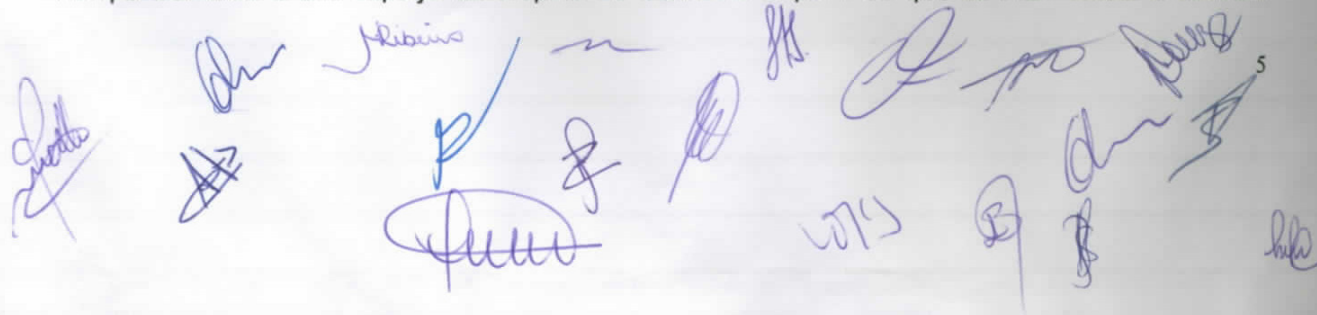
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Alvaro, Paulo, and others, along with a small number 3 in the top right corner.]



Fórum de Diretores de Pesquisa e Pós-Graduação – FORPOG
3ª REUNIÃO DO FORPOG
Ata da 3ª Reunião do Forpog – Brasília/DF, 22 e 23 de maio de 2007

Cláudio concordou tratar-se de um embate político, pois há que se considerar também as demandas relacionadas à expansão da rede, o que aumenta a ênfase na necessidade imediata do ensino. Destacou o fortalecimento da Setec no âmbito do MEC, recomendando que se aproveite o momento favorável para se levar adiante a discussão e a elaboração de propostas. Reiterou que é o momento adequado para se travar esse embate político, especialmente frente ao contexto trazido pelo decreto que permite a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET*. Lembrou as frentes políticas de apoio à rede de IFET já existentes no Congresso Nacional, inclusive porque muitos parlamentares são egressos do ensino técnico federal. Núbia propôs que o Concefet busque formas de uniformizar a estruturação das áreas de pesquisa e de pós-graduação na rede de IFET, diagnosticando que ainda há muita diferença de tratamento entre as instituições. Propôs também a articulação do Concefet com vistas a viabilizar-se editais de fomento direcionados para a nossa rede. Analisou o histórico de maior consolidação das universidades no âmbito da pesquisa e da pós-graduação, o que lhes dá melhores credenciais para obter êxito nos editais de fomento atuais. Cláudio analisou que a qualidade dos projetos das IFET é boa, mas que falta um olhar diferenciado das agências de fomento. Defendeu a indução da produção científica nas IFET para fazer frente à necessidade de se obter um olhar mais meritocrático para com a nossa rede. Otávio alertou que os editais são direcionados pelos critérios de avaliação que privilegiam o financiamento dos grupos de pesquisa consolidados, normalmente atrelados a programas de pós-graduação *stricto sensu*. Defendeu a ampliação da oferta de financiamentos de primeiros projetos de pesquisa (PPP) e que os financiamentos individuais sejam maiores. Cláudio sugeriu a elaboração de um levantamento dos dados estatísticos da rede para se poder reivindicar de uma forma fundamentada as propostas do Forpog junto ao CNPq, à Capes e a outras agências de fomento. Paulo Borges relatou a experiência do Cefet-RJ na implantação do seu Mestrado em Tecnologia, quando houve um embate com a Capes. Relatou também o embate com essa entidade na implantação do Mestrado Profissional de Ensino de Matemática. Informou que os cursos só foram aprovados depois de se trazer consultorias *ad hoc* dos membros dos comitês de área da Capes, de forma a evitar a frieza do “papel sem rosto” na análise dos projetos. Segundo ele, a estratégia que funcionou foi a do “olho no olho”. Relatou também a estratégia exitosa do Cefet-RJ para obter financiamento para o Programa de Promoção e Valorização das Engenharias – Promove, da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, na chamada pública Engenharia no Ensino Médio, pelo fato de direcionar a maior parte dos recursos para as escolas públicas estaduais, onde foram instalados a maior parte dos laboratórios. Propôs também que doutores das IFET se candidatem a participar dos comitês de áreas da Capes, de forma a conquistar-se um olhar mais favorável às IFET desde dentro do sistema. Cláudio concordou com tudo. Nacamura questionou a fala de Cláudio de que o mestrado profissional é o campo prioritário para a atuação das IFET na pós-graduação, quando não há clareza quanto ao financiamento dessa modalidade. Frisou também que há uma contradição em se reivindicar bolsas para programas de mestrado profissional sendo que seu público alvo são profissionais com vínculo empregatício. Defendeu a necessidade de se participar da concepção dos editais, articulando-os especialmente no âmbito do Foprop, e não apenas reclamar de editais depois de prontos e em execução. Deu exemplo no mesmo sentido com relação aos NIT das IFET, também com dificuldades de captação de recursos. Sugeriu que se faça um levantamento de dados específicos das IFET na submissão de projetos em chamadas públicas de fomento à C&T, como por exemplo a quantificação da razão entre projetos de CT-Infra submetidos e aprovados. Propôs que um representante do Forpog vá à reunião do Concefet para debater as propostas de encaminhamento das propostas do Fórum. Relatou a experiência de criação dos primeiros cursos de pós-graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTF-PR, ainda como Cefet, especialmente ante a questão da baixa produtividade dos professores. Déa questionou a ênfase do MEC em fomentar os mestrados profissionais nas IFET, comparando com o fato de que os cursos acadêmicos recebem bolsas e ajuda de custeio. Perguntou o que se tem discutido no Concefet sobre políticas para a pesquisa e a pós-graduação. Questionou o distanciamento da maioria dos diretores gerais para com o desenvolvimento da pesquisa e da pós-

graduação nas IFET. Cobrou um maior empenho nesse sentido. Cláudio confirmou que o Concefet tem, de fato, discutido pouco a questão e que a sua presença na reunião do Forpog era exatamente para se buscar a interlocução necessária e para que os temas sejam levados aos diretores gerais. Ponderou que Concefet tem estado mais envolvido com a questão da expansão da rede, que traz inúmeros problemas para a gestão das IFET. Sidnei concordou com Déa e analisou a questão do apoio que se precisa dar à elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de estudantes de graduação, o que traz a demanda de salas específicas para o trabalho de orientação dos trabalhos e outros apoios, exigindo investimentos em infra-estrutura de pesquisa. Vislumbrando os IFET e a evolução à UTF, questionou a distribuição dos recursos orçamentários de forma vinculada, como ficou definido no decreto do IFET*. Tadeu ponderou sobre a necessidade do Forpog obter mais autonomia e independência de ações frente ao Concefet, sem confundir essas características pró-ativas com soberania. Ressaltou a importância do peso político do Concefet e da necessidade de uma maior articulação entre o Conselho e o Forpog, mas dentro de um escopo ampliado deste último, abrangendo os dirigentes de pesquisa e pós-graduação das Escolas Agrotécnicas Federais – EAF, das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, do Colégio Pedro II etc. Defendeu essa necessidade com base na análise do processo histórico de constituição do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras – Foprop, ressaltando as conquistas dessa entidade. Pontuou que com a ampliação do Forpog se aumentaria a representação de 34 para cerca de 160 IFET, conferindo-se grande força política à rede. Exemplificou que em fóruns mais amplos, como o Foprop e o Encontro Nacional de Pró-reitores de Pós-graduação e Pesquisa das Instituições de Ensino Superior Brasileiras – Enprop, as instituições ali presentes, de redes públicas federais, estaduais e municipais bem como de instituições e redes privadas (empresariais, confessionais, comunitárias etc), adquire-se uma enorme força de pressão sobre as políticas públicas e sobre as agências de fomento. Cláudio defendeu a união e a conjunção de forças para avançar as políticas para as IFET, antecipando inclusive a idéia de se criar uma associação nacional de IFET, segundo o modelo da Andifes. Defendeu a necessidade de se buscar estratégias para intensificar o uso do portal de periódicos da Capes nas IFET. Comprometeu-se em colaborar com o Forpog no sentido de se ampliar sua atuação junto ao Concefet e às demais instâncias de C&T&I. Agradeceu a oportunidade de compartilhar com o Forpog as reflexões sobre as demandas da pesquisa e da pós-graduação nas IFET. Seguiu-se o intervalo para o café. No retorno, Daygles sugeriu a rediscussão da pauta, por conta do tempo disponível para os trabalhos. Sidnei encaminhou a discussão da alteração. Na discussão, foi ressaltada a importância de se encaminhar a criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, Ciência e Tecnologia – ANPET, tanto pela oportunidade de ampliação do debate das políticas de pesquisa e pós-graduação diretamente pelos pesquisadores e pelos coordenadores de programas de pós-graduação das IFET como também pela necessidade de se ter uma entidade editora das publicações técnico-científicas de abrangência nacional produzidas pela rede de instituições. Por proposição do Paulo, foi decidido que será marcada uma reunião específica para tratar da criação da ANPET. A pauta ficou redefinida como está no Anexo 06. A seguir, foi feita a reestruturação dos grupos de trabalho (Anexo 07). Nacamura defendeu que as pautas dos GT sejam bem específicas sobre temáticas de pesquisa e pós-graduação, evitando-se temas muito genéricos. Assim ficou decidido, sendo que Tadeu pontuou que temas mais gerais sejam debatidos em plenário, em eventos e outras oportunidades, mas não nos GT. Assim ficou acordado e encerrou-se o primeiro dia da reunião. O segundo dia de trabalho teve início às 09h25, com a presença dos mesmos participantes do dia anterior, acrescida de Adriano (Cefet-Rio Verde) e Jefferson (Cefet-Campos). Estando já presente o convidado da manhã, Sidnei rapidamente passou a palavra para o Prof. Moisés Sobrinho, diretor do Departamento de Desenvolvimento e Programas Especiais da Setec/MEC. Moisés iniciou ressaltando a necessidade de se formalizar um novo campo científico no Brasil, tendo por base as IFET. Para além da abordagem funcionalista, da ciência como instituição, lembrou que Bourdier, sua escolha teórica para a abordagem sociológica, defende que um campo científico é um espaço de disputa de sentidos. É por isso que as IFET ainda encontram





Fórum de Diretores de Pesquisa e Pós-Graduação – FORPOG

3ª REUNIÃO DO FORPOG

Ata da 3ª Reunião do Forpog – Brasília/DF, 22 e 23 de maio de 2007

grande dificuldade para obter financiamento de pesquisas, para publicar sua produção científica etc., dado que são balizadas pelos paradigmas acadêmicos hegemônicos. Por outro lado, as tendências atuais da dinâmica social do Brasil são favoráveis às disputas, à medida que a sociedade brasileira avança no exercício das práticas democráticas. Nesse contexto, as IFET, por toda sua história, acumularam uma bagagem de realizações que as credencia para a constituição e afirmação de um novo campo científico, com o florescimento da pesquisa e da pós-graduação nessas instituições. Vê o momento propício para a estruturação de uma revista técnico-científica de abrangência nacional para demarcar a presença deste novo campo no cenário científico nacional. Defendeu que ela deverá traduzir o sentimento, as demandas, os problemas das IFET, pautando o desenvolvimento da EPT no Brasil. Informou que os recursos para a revista já estão licitados, requerendo a organização da sua edição. Propôs o seu lançamento na II Jornada Nacional da Produção Científica em EPT, com indicativo de realização no mês de dezembro de 2007. Colocou-se à disposição para contratar consultores que ajudem a elaborar a revista nacional. Falou também de uma possível revista regional, para dar vazão à produção das IFET. Informou que se continuaria com a edição dos Cadernos Temáticos, com maior liberdade para os temas atuais e de divulgação, prevendo-se um planejamento anual. Destacou que o Sistema Integrado de Informações sobre Educação Profissional e Tecnológica – SIEP tem a missão de dar visibilidade a toda a produção das IFET. Informou sobre a implantação do Sistema, que conta com o prof. Sérgio França na função de gerente do projeto. Lembrou de uma idéia mais remota apresentada pelo Sidnei, de criação de um jornal de popularização científica da rede, que seria destinado a estudantes e servidores das IFET em geral. A divulgação científica seria um subcampo científico da EPT, pois teria o compromisso com as regras do jogo científico. Comentou que a proposta da ANPET já enfrenta resistências dos grupos hegemônicos da academia, que recomendam cautela e afirmam que as IFET ainda “não podem” formar uma associação desse porte. É o mesmo processo de disputa que há entre os jovens intelectuais no momento de se afirmar identitariamente frente aos pares, seus mestres. Defendeu que superar as imposições hegemônicas é uma necessidade, mas seguindo os padrões de articulação, ritos e rigor da academia. Propôs a realização de um evento pré-ANPET, talvez realizado dentro da II Jornada, como um espaço legitimado de discussão. Propôs ao Forpog a elaboração de um documento com o conjunto de demandas da rede de IFET que dão a “cara” dessa nova identidade social, encaminhando-o a todas as esferas de gestão pública de interesse a aos outros atores importantes do campo científico. Propôs a formação de uma comissão que dê encaminhamento à elaboração de um documento palatável e bem fundamentado, construído com o tempo necessário, que permita dar início à quebra das barreiras e marcar a afirmação identitária da rede de IFET como um novo ator em constituição no campo científico nacional. Abertas as inscrições para o debate, Núbia sugeriu que a Setec faça uma solicitação anual às IFET para a pré-definição das pautas editoriais dos Cadernos Temáticos, dando mais participação às instituições na proposição de temas. Moisés afirmou que a Setec busca exatamente isto, praticando um espírito “militante”, mas realmente precisa administrar esse ímpeto para dar mais espaço de participação às IFET. Sofia questionou como ficariam os periódicos já editados pelas IFET institucionalmente e os produzidos em redes regionais, como o da Rede Norte-Nordeste de Educação Profissional e Tecnológica – Redenet. Moisés ponderou que essa pulverização de iniciativas faz parte da política “publique ou morra”, mal copiada dos Estados Unidos. Recomendou que se faça um levantamento de todas as publicações produzidas a partir das IFET e de seus programas de pós-graduação, para então se definir uma política que preserve as iniciativas individuais e regionais das instituições e, ao mesmo tempo, se avance no campo científico nacional. Sidnei lembrou da exigência da Capes quanto à quantidade de artigos em publicações qualificadas que um professor vinculado a um programa *stricto sensu* deve apresentar por ano, bem como a necessidade de se divulgar mais amplamente a rede no Brasil, alcançando todas as comunidades de interesse. Jefferson questionou sobre o tipo de revista a ser produzida, pois há a questão da diversidade de áreas de conhecimento existentes nas IFET, o que levaria a que uma revista muito ampla não alcançasse indicadores consistentes na avaliação da Capes (Qualis). Frajuca explicou que

a proposta construída pelo GT-Publicações do Forpog é produzir 5 publicações nacionais segmentadas por áreas específicas. Glória apresentou a preocupação de que os periódicos não sejam pulverizados com muitas publicações, face a necessidade de dar vazão à produção dos programas de pós-graduação em periódicos realmente qualificados e que levem a boas avaliações dos programas realizados nas IFET. Sidnei alertou para o risco da endogenia (revistas que privilegiam a publicação de artigos de pesquisadores atuantes na própria instituição editora do periódico), que é um fator de baixa avaliação no Qualis. Por isso, defendeu que se requer uma estratégia inteligente de editoria de periódicos, procurando captar artigos de comunidades científicas mais abrangentes. Frisou também a necessidade de se chegar à base das comunidades de interesse das IFET para tornar a rede e sua produção mais conhecidas em todo o país. Tadeu defendeu uma maior divulgação da proposta de criação da ANPET, de forma a ampliar o debate sobre a necessidade da rede de se apresentar como um novo ator no campo científico e tecnológico brasileiro, acompanhando na ação a perspectiva teórica defendida pelo Professor Moisés Sobrinho. Propôs que a edição de publicações científicas pela rede, de âmbito nacional, se dê por meio de uma ação editora da ANPET, com independência e autonomia em relação ao MEC, de forma a buscar do ministério apoio, mas com liberdade na política editorial. Sugeriu que essas publicações tenham um nome único, diretamente identificado com a rede, por exemplo, "Revista Brasileira de Educação, Ciência e Tecnologia", e revistas segmentadas por áreas de conhecimento, identificadas, por exemplo, pelas letras "A", "B", "C", etc. Defendeu ousadia semelhante na proposição de novos cursos de pós-graduação, propondo inclusive a formação de redes temáticas, a exemplo da Rede Nordeste de Biotecnologia – Renorbio, que reúne universidades de vários estados em um programa *stricto sensu* de mestrado e doutorado. Lembrou que não seria a primeira tentativa desse tipo, pois em 2000 o Concefet, junto ao Fórum de Diretores de Ensino – FDE, chegou a formar uma comissão com a proposta de organizar um programa desse tipo na rede de IFET, iniciativa liderada à época pelo então diretor geral do Cefet-Ceará, professor Mauro de Oliveira, e na qual fora representante do FDE. Informou que a proposta não teve êxito naquele momento, pois a Capes era totalmente avessa a esse tipo de arranjo, quadro que mudou recentemente. Vislumbrou inclusive um possível consórcio para a Universidade Aberta do Brasil – UAB, que alguns Cefet já integram. Sintetizou sua visão dizendo "somos universidades, não importa o estatuto que tenhamos", defendendo que essa postura empreendedora é necessária no momento de transição institucional vivido pelas IFET. Daygles questionou os encaminhamentos dados pelo Forpog ante uma discussão pouco detalhada de muitos dos temas levantados na reunião. Questionou também a afirmação do Tadeu de que "somos universidades", pois diagnostica que a rede passa por uma profunda transformação e que há um grande problema de identidade, mas que não somos universidades no sentido estrito. Sidnei explicou a forma como os temas vem sendo levantados, e que alguns nem são nossos mais, mas nos impactam. Esse é o caso da proposta de criação da ANPET. Defendeu que precisamos cuidar para que esse movimento não caia nas mãos das universidades clássicas. Amarildo questionou se somos universidades e, se somos, que universidade somos. Questionou também a situação de fragilidade de muitas IFET e que ainda passam por uma forte crise identitária. Glória propôs que o fórum participe das discussões sobre a criação de publicações e sobre a participação na criação da ANPET. Núbia solicitou informação de como o MEC trata a gestão de publicações, como por exemplo, os Cadernos Temáticos. Moisés informou que o MEC pretende sistematizar o levantamento de publicações da rede de IFET e do próprio ministério para a partir daí desenvolver uma política específica. Núbia alertou que para a criação das revistas é preciso ter uma organização e uma estratégia de submissão de artigos que favoreçam ressaltar a produção de maior qualidade, em busca de se alcançar para as publicações o qualis A nacional da Capes. Tadeu relatou a sua participação no Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras – Foprop, nos encontros periódicos da Região Nordeste, onde afirmou encontrar um ambiente muito receptivo à participação do Cefet-ES, tendo inclusive várias propostas suas aceitas na composição de documentos da entidade. Ressaltou também a importância de participar dos Encontros Nacionais de

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like Ribeiro, Amarildo, and others.]



Fórum de Diretores de Pesquisa e Pós-Graduação – FORPOG
3ª REUNIÃO DO FORPOG
Ata da 3ª Reunião do Forpop – Brasília/DF, 22 e 23 de maio de 2007

Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras – Enprop, em que teve a oportunidade de apresentar propostas em trabalhos de oficinas, que acabaram sendo aceitas pelo plenário para a inclusão dentre as políticas e ações do Foprop junto às agências de fomento, Governo Federal, Ministério da Educação e Capes. Citou a proposta do Kit-NIT, um conjunto de infraestrutura e pessoal a ser reivindicado pelo Foprop para viabilizar os Núcleos de Inovação Tecnológica nas instituições científicas e tecnológicas públicas, dentre as quais as IFET estão incluídas, para satisfazer a exigência constante da Lei 10.793/2004 (Lei da Inovação), regulamentada pelo Decreto 5.563/2005. Insistiu com esses exemplos que o “ser universidade” das IFET é uma condição crescentemente identificada e aceita pelas universidades, mas que os espaços não são dados e sim conquistados, especialmente com a presença e a participação nos fóruns onde tais instituições se encontram. Sidnei relatou a igualdade de tratamento que recebe nas reuniões do Foprop-Sudeste, da qual participa. Tadeu qualificou essa aceitação na esfera de uma relação diplomática, de política de boa vizinhança dentro do cenário mais amplo das IES, mas frisou que sua discussão de fundo é outra. Disse que ela busca compreender as IFET como universidades que, por outros caminhos, com uma história única e peculiar, produzem serviços e participam de debates que são típicos de universidades clássicas, mas como universidades politécnicas, no sentido da politécnica como eixo que coloca o trabalho como elemento integrador de todo o processo educacional, científico e tecnológico nas IFET. Nessa perspectiva, defendeu que as IFET são, de fato, mais politécnicas do que tecnológicas, o que compromete inclusive a idéia de “universidade tecnológica”, tanto do ponto de vista conceitual como na busca de uma nova identidade. Alvaro questionou que, sendo a II Jornada no final do ano, como ficam as questões de passagens e diárias para viabilizar a participação das IFET. Moisés esclareceu que não há tantos recursos disponíveis, por isso, requer-se uma mobilização mais ágil e apresentação de documentos com as demandas. Alvaro propôs que a II Jornada seja em Maceió. Nelma lembrou da realização do II Conepi, pedindo que a Setec avalie a possibilidade de apoiar a realização do evento. Também convidou todas as regiões a participar do evento em João Pessoa. Moisés aproveitou para levar a cabo suas reflexões teóricas, conduzidas na forma de pesquisa participante. Apresentou a tese de que a EPT é um novo ator no campo científico e que isso suscita muitos preconceitos, fazendo um paralelo com a situação dos negros. Segundo ele, “está em jogo a demarcação de um novo ator no cenário do desenvolvimento científico e tecnológico nacional”. Lembrou a origem da rede de IFET, com oferta de formação profissional voltada para as camadas menos favorecidas da população, trilhando um longo caminho de transformações para tornar-se um ator do campo científico, caracteriza uma trajetória historicamente diferente dos demais atores desse campo, tradicionalmente provenientes de uma origem social elitizada. Por isso, defendeu que “é preciso ser igual e ser diferente em vários aspectos, afirmando uma identidade própria”. Isso requer ações estruturantes, de forma que não fiquemos reféns dos atores hegemônicos. Propôs que o objetivo priorizado seja pautar a primeira revista temática nacional para a discussão do papel da EPT como ator fundamental no cenário do desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Na questão do formato de universidade, lembrou que sempre fustigou a discussão do “ser universidade”, independentemente do nome que seja dado às IFET no futuro. Pontuou que as tendências são inexoráveis e que as transformações identitárias das IFET se dão em conflito com o campo hegemônico da academia, mas sempre se deve ir “beber na fonte clássica”, para depois constituir sua própria identidade, enfrentando a hegemonia vigente. Segundo ele, “toda identidade coletiva tem símbolos antropologicamente construídos”. O núcleo dessa nova identidade são os doutores das IFET, neófitos ou formados por elas mesmas, no processo de “desmamar” das suas origens, das influências vindas das universidades hegemônicas. Avaliou que é por isso que a frase “nós já somos universidades” choca. Alertou que alguns vão resistir a essa idéia, mas que o problema não é ter embates e sim ter um rumo. Ponderou que as nossas táticas têm que estar situadas dentro das regras do jogo legítimo, criado no seio da universidade clássica, para se poder ganhar tempo e não se perder em querelas miúdas. Defendeu qu isso exige se definir os pontos essenciais que produzem a união na base das IFET, para que possam avançar para a nova

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Ribeiro', 'Alvaro', and 'Moisés'.]

identidade em construção. Propôs a formação de um pequeno grupo, com não mais que 5 pessoas, para nos próximos dois meses contribuir na elaboração de um documento que permita dar os encaminhamentos necessários à questão da ANPET e das publicações. Agradeceu a oportunidade de participar da reflexão coletiva e se despediu. Sidnei chamou o intervalo às 11h40. Retomados os trabalhos às 11h50, Sidnei propôs a reorganização da pauta dos trabalhos. Tadeu lembrou que é necessário priorizar a discussão, aprovação e tomada de assinaturas da ata da reunião anterior. Sidnei encaminhou a discussão da ata. Por proposta de Déa e Tadeu, a ata da 2ª Reunião do Forpog foi aprovada apenas pelos membros do Forpog que estavam presentes naquele encontro. Foi discutida a conveniência ou não de se incluir na ata daquela reunião a discussão sobre a ANPET. Didiu-se que não, ficando essa temática para esta ata, dada a profundidade alcançada pelo debate nesta ocasião. Sidnei iniciou a apresentação do Relatório de Informações sobre Pesquisa e Pós-graduação nas IFET – Repog, explicando as motivações da sua elaboração, tanto no escopo geral quanto de cada item. Tadeu criticou a extensão do Repog, no sentido de autocritica, pois foi um de seus autores. Propôs o enxugamento do instrumento, preferencialmente por dois membros do Forpog, em pequeno prazo, para depois ser distribuído eletronicamente para a coleta de dados, também em prazo curto, permitindo a sistematização dos dados e a proposição do plano estratégico de pesquisa e pós-graduação da rede de IFET. Nacamura concordou com as propostas do Tadeu e acrescentou que se faça a coleta de dados por tabelas bem objetivas, como é feito no Foprop Sul. Alertou para a necessidade de se buscar mapear tendências de desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação nas IFET, para poder definir as estratégias de fortalecimento dessas atividades. Formulou alguns exemplos de itens a serem levantados, como por exemplo a oferta de programas PIBIC/CNPq, a apresentação de projetos acadêmicos e profissionais no APCN 2007, a submissão e os resultados de projetos em chamadas de fomento, tais como a de CT-Infra da Finep. Questionou também o perfil das instituições frente à política induzida pela Setec para as IFET, que vem no sentido de priorizar a modalidade profissional da pós-graduação. Déa sugeriu que se cuide de objetivar as discussões em tempos e espaços próprios, inclusive para não deixar o convidado da tarde esperando. Nacamura e Tadeu foram escolhidos para reformular o Repog no sentido de transformá-lo em uma tabela, complementado com algumas perguntas mais subjetivas para mapear as tendências essenciais. Frajuca propôs que se utilize as informações do Sistema de Informações Gerenciais – SIG para elaborar o Plano Estratégico – PE. Às 12h30 a reunião foi interrompida para o almoço. Às 14h20 os trabalhos foram reiniciados, quando foi indicado o Jefferson como representante do Forpog na comissão de elaboração do SIEP. Quanto ao estudo de demandas para a elaboração de um documento referencial de demandas das IFET para a Setec, foi proposta a criação de uma comissão para trabalhar com o Moisés em Brasília, com apoio da Secretaria. Ficou definido que a comissão será formada por 5 componentes, sendo um representante indicado por cada região do país. A seguir, definiu-se pelo encaminhamento do processo eleitoral de coordenador e secretário do Forpog, bem como dos coordenadores regionais das regiões geopolíticas do país. Tadeu fez a leitura da parte do regulamento do Forpog que trata da eleição dos dirigentes nacionais e regionais do Fórum, dirimindo as dúvidas. Propôs a realização imediata da eleição. Alvaro frisou que as pessoas que venham a assumir o Forpog tenham como base um forte apoio institucional e condições de trabalho em prol da rede de IFET. Paulo sugeriu que o nome da Glória fosse considerado para a coordenação do Forpog, em virtude do apoio do seu diretor geral, o professor Claudio, que coordena a Câmara de Ciência e Tecnologia do Concefet. Foi eleita por aclamação. Déa indicou o professor Amarildo para a secretaria do Fórum. Foi eleito por aclamação. Foi definido que a distribuição das IFET seguirá a distribuição dos estados conforme estabelecida pelo Foprop, ficando o ES no Nordeste e Maranhão e Tocantins no Norte. A seguir, foi feita a eleição dos coordenadores regionais do Forpog. A região Nordeste indicou Núbia como coordenadora regional. O Sul indicou Lúcio como coordenador regional. O Sudeste indicou Frajuca. O Norte indicou Déa. O Centro-Oeste não indicou coordenador regional, ficando a decisão para uma oportunidade futura. A comissão de sistematização do levantamento de demandas e articulações junto à Setec ficou formada com Lúcio (S), Sidnei (SE),

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like J. Ribeiro, Alvaro, Paulo, Déa, Frajuca, Lúcio, and Sidnei.]



Fórum de Diretores de Pesquisa e Pós-Graduação – FORPOG
3ª REUNIÃO DO FORPOG
Ata da 3ª Reunião do Forpog – Brasília/DF, 22 e 23 de maio de 2007

Otávio (N), Nelma (NE) e Adriano (CO). Foi adiada a discussão dos grupos de trabalho e se passou a discutir as propostas que Sidnei elaborou como sugestões de temas a serem trabalhados pela próxima gestão do Forpog. Nacamura defendeu que, para estreitar relações com o Foprop, os dirigentes de pesquisa e pós-graduação do Forpog façam um esforço para participar das reuniões regionais do Foprop e dos Enprop. Sobre as relações com a Capes, alertou que os dois principais setores com que buscar um diálogo são as diretorias de programas e de avaliação. Sugeriu também que se busque a Capes para obter informações estratégicas. Propôs que se faça um caminho de submissão de propostas de cursos novos e de aproximação junto aos comitês de área que tem maior simpatia pelas IFET. Alertou que muitas vezes não há congruência entre o que se declara como políticas de gestão e o que realmente se pratica, exemplificando com a ação de consultorias prestadas por membros dos comitês de área. Informou também que a Capes está passando por mudanças e que é preciso acompanhar as mudanças para se entender as novas tendências da gestão da pós-graduação no país bem como as novas competências da Capes. Discutiu a questão do perfil dos mestrados profissionais e a necessidade de se prever o seu financiamento na matriz orçamentária das IFET, pois esses cursos devem ser auto-sustentáveis. Para estabelecer relações com as agências de fomento e o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, defendeu que é preciso estabelecer uma interlocução qualificada, com ações propostas pelo Forpog e encaminhamento por um dirigente da Setec, a ser definido. Quanto à submissão de projetos nas chamadas de fomento à infra-estrutura, alertou que é preciso ter uma estratégia bem realista de projetos pequenos, mas que tenham maior chance de fazer a IFET ingressar no sistema de financiamento, galgando projetos maiores à medida que se ganhe massa crítica frente às instituições maiores. Na questão das políticas da Setec/MEC, a maneira de influir é participar do PIQDTec e dos demais editais, tais como os que vão sair para fomentar os minter e dinter, com R\$120 mil e R\$240 mil por projeto por ano, respectivamente, sendo essa informação a confirmar. Sidnei esclareu que se trata de abordar a formulação de políticas a partir da produção de conhecimentos e de sua publicação em uma revista nacional editada pelas IFET. Acrescentou que é preciso interceder junto à Setec para aproveitar essa oportunidade no sentido de se conquistar espaços de participação para a rede. Nacamura concordou. Considerou que a discussão da carga horária (CH) docente pode ser induzida pelo Forpog, mas que cabe a cada IFET fazer sua regulamentação. Alvaro alertou também sobre o produto do trabalho do GT de CH docente, a ser considerado nessa discussão. Sugeriu também que seja feita uma aproximação entre o Forpog e o Fórum de Diretores de Relações Empresariais e Comunitárias – Fordrec, para viabilizar as discussões sobre a CH docente ante as tarefas de ensino, pesquisa e extensão postas para os docentes das IFET. Glória defendeu que se priorize a discussão do IFET*. Sidnei informou que o professor Getúlio justificou sua ausência e se desculpou por não poder participar da reunião. Nacamura defendeu que é preciso aprofundar debates e construir uma política comum da rede de IFET para a capacitação, com ênfase no PIQDTec, e depois ir para a discussão com a Setec. Tadeu encaminhou a discussão das propostas pendentes. Sidnei pediu que as IFET apresentem como estão conduzindo as discussões da implantação dos IFET* em cada estado. Maria Clara questionou como enquadrar a questão da institucionalidade de instituto no contexto das instituições da rede do MEC, pois há o decreto mas não uma formulação clara da Setec/MEC quanto a sua implantação. Nesse contexto, informou que o Cefet-SC está realizando seminários sobre temas gerais e pontuais para definir a posição da instituição até setembro de 2007, inclusive o papel da pesquisa e da pós-graduação no novo estatuto. Lúcio relatou a dificuldade de formar uma opinião sobre a questão, pois há peculiaridades regionais do Rio Grande do Sul que influenciam nos arranjos possíveis. Por isso, informou que vai aguardar a evolução dos debates em nível nacional. Brandim informou que a discussão no Piauí ainda está apenas em nível de diretoria. Alvaro informou que ainda não há discussão em Alagoas, mas que o Sinasefe se adiantou no debate, aproveitando o contexto da mobilização de cunho salarial. Sérgio informou que a discussão em nível de Plano de Desenvolvimento Institucional é de se transformar a Escola Técnica Federal de Palmas em Cefet, mas não tem clareza ainda de que caminho seguir, estando o assunto de IFET* em suspenso. Otávio

informou que no Pará se está estabelecendo uma agenda de debates, envolvendo inclusive o sindicato, mas que o indicativo do diretor geral é de se avançar para a transformação inicial em IFET, com o objetivo de posteriormente se tornar UTF. Informou que ainda imperam muitas dúvidas na comunidade. Frajuca alertou que o decreto apenas estabelece um caminho, mas que a criação de autarquias só pode ser feita por lei. Avaliou que o decreto foi um “golpe de mestre” da Setec, aliviando a pressão exercida pelas IFET que se mobilizavam para ser universidades e, de outra parte, de outras instituições públicas e privadas que participavam dos debates sobre os centros universitários. Cícero questionou se qualquer plano de expansão vai depender de se abraçar a causa da implantação dos IFET*, criando um problema de sobrevivência para as IFET que permanecerem como Cefet. Amarildo defendeu a necessidade de se levar em conta todo um processo histórico em que os Cefet nem bem estão consolidados e que ainda são mais bem qualificados como escolas técnicas, frente à atual indução da Setec de discutir um modelo sem definições claras, que é o do IFET*. Núbia informou que na Bahia estão sendo realizados eventos de discussão com a participação do Cefet-BA e de Escolas Agrotécnicas Federais convidadas. Daygles informou que o Cefet-RR está organizando seminários para debater com a comunidade a conveniência da transformação em IFET*. Glória afirmou que o Cefet-CE caminha para discutir o IFET* como opção e, se permanecer Cefet, questionou que tipo de Cefet seria esse, como ficaria o seu financiamento. Avaliou que o decreto do IFET* foi uma espécie de “cala boca” na pressão pró-UTF que crescia na rede de IFET. Lembrou do problema da unificação de carreiras, que inclusive conta com um documento importante a considerar, elaborado pelo Sinasefe. Déa avaliou um quadro ainda nebuloso nas discussões sobre o IFET* no Cefet-MA. Nelma constatou que a situação de todos é muito parecida e informou que a comunidade está discutindo por via de uma demanda do diretor geral ao sindicato, para que organize as discussões. Sofia informou que o Cefet-PE tem interesse de ser IFET* e que a discussão ainda não chegou de forma organizada à comunidade. Jefferson informou que houve uma construção de 4 anos de evolução de debates na comunidade para ser UTF, mas que o IFET* comprometeu essa discussão. Avaliou que se caminha para um entendimento de que o IFET* seja um degrau para ser UTF e, nesse caso, a tendência então é caminhar para se apresentar um projeto de IFET*. Tadeu informou que o atual diretor geral do Cefet-ES, o professor Jadir José Pela, foi eleito com 72% dos votos da comunidade defendendo uma plataforma de trabalho totalmente baseada na perspectiva de ser a instituição uma universidade tecnológica e que assim vem sendo conduzida a gestão, independentemente do nome que tem ou venha a ter a instituição. Quanto à discussão com a comunidade sobre a proposta do IFET*, informou que ainda não haviam sido iniciadas, mas que já se estava elaborando uma estratégia e um cronograma de reuniões. Encerradas as avaliações, Sidnei esclareceu como proceder para ter acesso ao Forpog no Yahoo Grupos. Nacamura parabenizou Sidnei e Tadeu pelos trabalhos realizados pela consolidação do Forpog ao longo do primeiro ano de seu funcionamento. Daygles fez um convite aos membros do Forpog para que participem de evento científico a ser realizado no Cefet-RR. Tadeu agradeceu a oportunidade do convívio e do desenvolvimento dos trabalhos para que foi convocado pelo grupo. Alvaro ressaltou o aprendizado e parabenizou a dedicação do Sidnei e do Tadeu na organização do Forpog. Sidnei encerrou agradecendo o apoio e a confiança das pessoas e em especial do Tadeu na execução das tarefas e felicitou os novos coordenadores nacional e regionais do Forpog, bem como o novo secretário do Fórum, conclamando um aplauso de felicitação e despedida. A reunião encerrou com aplausos e eu, Tadeu Pissinati Sant’Anna, na condição de secretário “ad hoc” do Forpog, lavrei a presente ata, que segue assinada pelos presentes.

Tadeu P. Sant’Anna
Sidnei Quezada

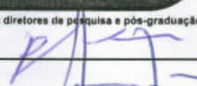

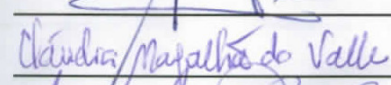
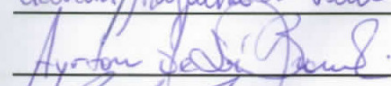

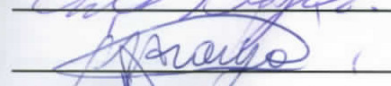
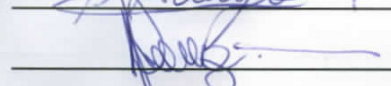
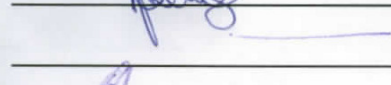
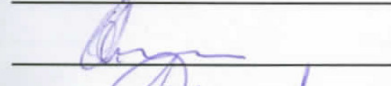
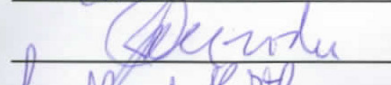
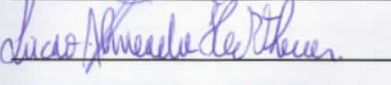
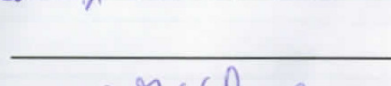
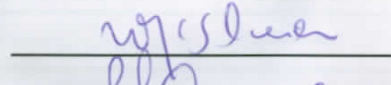
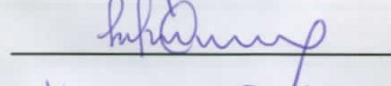
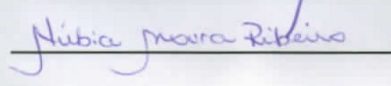
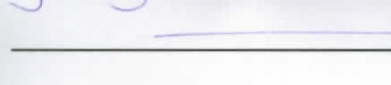


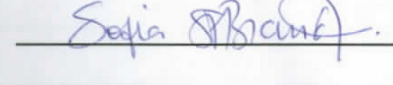
Tadeu Pissinati Sant’Anna (Cefet-ES)

Sidnei Quezada Meirelles Leite (Cefet-Nilópolis/RJ)



Fórum de Diretores de Pesquisa e Pós-Graduação – FORPOG
3ª REUNIÃO DO FORPOG

Ata da 3ª Reunião do Forpog – Brasília/DF, 22 e 23 de maio de 2007

	Adriano Perin (Cefet-Rio Verde)
	Alvaro José de Oliveira (Cefet-AL)
	Amarildo Menezes Gonzaga (Cefet-AM)
	Ayrton de Sá Brandim (Cefet-PI)
	Carlos Frajuca (Cefet-SP)
	Cícero Antônio de Sousa Araújo (Cefet-Petrolina)
	Daygles Maria Ferreira de Souza (Cefet-RR)
	Déa Nunes Fernandes (Cefet-MA),
	Glória Maria Marinho Silva Sampaio (Cefet-CE)
	Jefferson Manhães de Azevedo (Cefet-Campos)
	Lúcio Almeida Hecktheuer (Cefet-Pelotas)
	Luiz Nacamura Junior (UTF-PR)
	Maria Clara Kaschny Schneider (Cefet-SC)
	Nelma Mirian Chagas de Araújo (Cefet-PB)
	Núbia Moura Ribeiro (Cefet-BA),
	Otávio Fernandes Lima da Rocha (Cefet-PA),
	Paulo de Faria Borges (Cefet-RJ)
	Sérgio Batista da Silva (ETF-Palmas)
	Sofia Suely Ferreira Brandão Rodrigues (Cefet-PE)